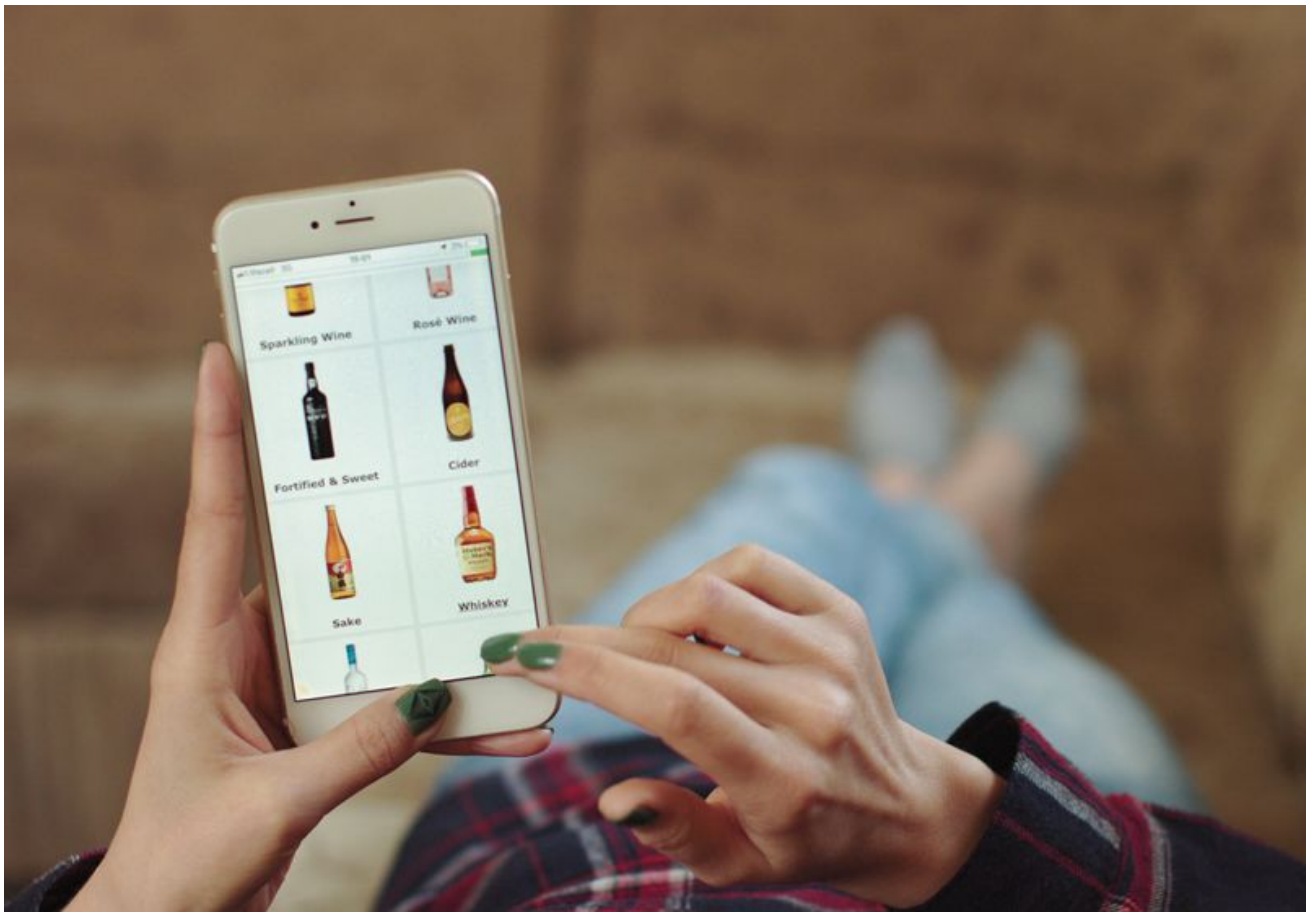
vinetur

# Deputados russos adiam por tempo indeterminado projeto-piloto para venda de vinho online através dos Correios da Rússia

As autoridades invocaram as objeções de Moscovo a uma experiência que criaria uma exceção limitada à proibição russa de venda de bebidas alcoólicas à distância

terça-feira, 17 de novembro de 2026



A câmara baixa do parlamento russo adiou, sem fixar uma nova data, os projetos de lei apoiados pelo Governo que permitiriam uma experiência de venda de vinho online através dos Correios da Rússia, em Moscovo e na região envolvente.

Maxim Topilin, presidente da comissão de política económica da Duma Estatal, afirmou na terça-feira, 17 de novembro, que a apreciação dos dois projetos de lei tinha sido adiada por tempo indeterminado. Segundo disse, Moscovo e a região de Moscovo tinham levantado várias objeções durante uma comissão governamental de atividade legislativa, embora, de acordo com declarações suas citadas pela Interfax, os deputados ainda não tivessem recebido observações formais das autoridades.

Uma fonte conhecedora do processo, citada pela Interfax, afirmou que o pacote legislativo foi retirado da agenda por proposta do presidente da Duma Estatal, Vyacheslav Volodin, depois de terem sido colocadas questões ao Governo, que continuava a trabalhar na iniciativa.

Os dois projetos de lei, com os números 332027-8 e 332033-8, foram apresentados pelo Governo em abril de 2023. Os deputados aprovaram-nos na primeira leitura a 11 de novembro, mas a proposta continua a ser controversa no sistema político russo, por criar uma exceção limitada à ampla proibição nacional de venda de bebidas alcoólicas à distância.

O projeto principal previa o lançamento de um programa-piloto para a venda a retalho online de vinho nacional através de um site especializado dos Correios da Rússia. A proposta abrangia vinho tranquilo, vinho licoroso e vinho espumante produzidos a partir de uvas cultivadas na Rússia. O vendedor e o consumidor celebrariam à distância um contrato de compra e venda a retalho, e a entrega e a transmissão dos produtos ocorreriam apenas em Moscovo e na região de Moscovo.

A proposta foi concebida para permitir que produtores já licenciados para produzir, armazenar e fornecer bebidas alcoólicas vendessem diretamente no âmbito da experiência, sem terem de obter uma licença adicional para a venda a retalho de bebidas alcoólicas. Ao abrigo do plano, os Correios da Rússia também poderiam armazenar vinho russo pertencente a esses vendedores sem obter uma licença de armazenamento específica para esse produto.

O projeto também abrangia, de forma limitada, vinho não produzido na Rússia. A experiência seria alargada a vinho, vinho licoroso e vinho espumante produzidos a partir de uvas cultivadas em Estados-Membros da União Económica Eurasiática, desde que a origem dessas uvas pudesse ser comprovada ao abrigo das regras jurídicas do bloco. Isso significava que a medida não se destinava apenas aos produtores russos, mas também poderia abrir um canal de venda a alguns fornecedores de países vizinhos da UEE.

O segundo projeto de lei alteraria a legislação russa sobre a regulação estatal da produção e circulação de álcool etílico, bebidas alcoólicas e produtos que contêm álcool. O objetivo era suspender, durante a experiência, a proibição de venda de bebidas alcoólicas à distância, que se aplica de outro modo em todo o país.

Esta proibição nacional está em vigor desde 2007. Desde então, as autoridades russas têm debatido repetidamente a possibilidade de legalizar as vendas de bebidas alcoólicas online, pelo menos de forma limitada. A Interfax noticiou que o Ministério das Finanças chegou a preparar um projeto separado que previa o início do comércio online em 2020, mas a iniciativa encontrou oposição dos Ministérios da Saúde e do Interior.

A iniciativa atual remonta a uma instrução presidencial de 2021 que incumbia o Governo e os Correios da Rússia de realizar uma experiência de venda de vinhos russos. Os apoiantes apresentaram a ideia como um teste controlado, e não como uma abertura generalizada do comércio eletrónico a todas as bebidas alcoólicas. Ainda assim, o tema tem suscitado grande atenção, uma vez que qualquer exceção à proibição de vendas online é politicamente sensível na Rússia.

Segundo a Interfax, a proposta gerou um debate significativo na Duma Estatal. Os deputados incluíram os projetos na agenda da sessão plenária para apreciação na primeira leitura apenas na condição de participarem na discussão a ministra da Agricultura, Oksana Lut, o ministro do Desenvolvimento Digital, Maksut Shadayev, e o diretor-geral dos Correios da Rússia, Mikhail Volkov. Esta exigência refletia o número de organismos e interesses envolvidos, desde os produtores agrícolas e os reguladores até à supervisão digital e à logística postal.

A suspensão deixa por esclarecer se o Governo irá rever os projetos para responder às preocupações de Moscovo e da região envolvente ou se a iniciativa continuará bloqueada. As declarações de Topilin não indicaram qualquer calendário para uma nova apreciação, e a fonte citada pela Interfax sugeriu que as questões colocadas ao próprio Governo também contribuíram para o adiamento.

Para o setor das bebidas, em especial para as adegas russas, o adiamento mantém, por enquanto, encerrada uma possível nova via de venda a retalho. Prolonga também a incerteza para os produtores nacionais e, potencialmente, para alguns fornecedores da UEE que poderiam ter beneficiado caso o projeto-piloto tivesse avançado. Como a venda online de bebidas alcoólicas continua proibida a nível nacional, o destino desta experiência limitada com vinho deverá continuar a ser um sinal importante para as empresas que acompanham a disponibilidade da Rússia para flexibilizar as regras aplicáveis às vendas digitais de bebidas alcoólicas.